

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Teresa Cunha Aith

A Política Externa do Governo de Jair Bolsonaro perante à Pandemia da COVID-19

SÃO PAULO

2023

Teresa Cunha Aith

A Política Externa do Governo de Jair Bolsonaro perante à Pandemia da COVID-19

Trabalho apresentado à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação do Prof. Dr. Laerte Apolinário Júnior.

São Paulo

2023

Dedico esse TCC aos mais de 700 mil brasileiros que perderam suas vidas, vítimas da pandemia de COVID-19.

Eles não serão esquecidos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador prof. Laerte Apolinário Júnior, pela atenção e paciência;
A Ana, que me ensinou a lutar e ao Teo e à Fernanda, pelas conversas na mesa da cozinha;

Aos meus companheiros Giulia, Manuela, Rafaela, Maria Clara, Pedro, Clara e Eduardo, por anos de parceria e amor;

À minha irmã Marina, minhas avós Adma e Marilene, e meus “vôgros” Alfredo e Maria Lydia.

Ao Tomás, que faz tudo fazer sentido;

E, por fim, ao Marcio e à Marcia. Eu escolheria vocês de novo e de novo.

RESUMO

AITH, Teresa. A Política Externa do Governo de Jair Bolsonaro perante à Pandemia da COVID-19.

O presente trabalho tem como objetivo analisar a política externa do Governo Bolsonaro em relação à pandemia de COVID-19, bem como avaliar suas consequências para a reputação do Brasil no sistema internacional. Por meio de fontes primárias e secundárias, o estudo demonstra como o país, anteriormente reconhecido e celebrado por sua diplomacia da saúde, se posicionou na contramão da cooperação global sanitária e tornou-se alvo de repúdio internacional.

Palavras-chave: Covid-19. política externa. Jair Bolsonaro. pandemia. diplomacia.

ABSTRACT

AITH, Teresa. **The Foreign Policy of the Jair Bolsonaro Government in the Face of the COVID-19 Pandemics.**

The present study aims to analyze the foreign policy of the Bolsonaro Administration concerning the COVID-19 pandemic and assess its implications for Brazil's reputation in the international system. Utilizing both primary and secondary sources, the research illustrates how the country, once acknowledged, and praised for its health diplomacy, diverged from global health cooperation, and became the target of strong international condemnation.

Keywords: Covid-19. foreign policy. Jair Bolsonaro. pandemics. diplomacy.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DURANTE O GOVERNO BOLSONARO	10
2.1	Mudanças nas Políticas Internacionais de Direitos Humanos	11
2.2	Reconfiguração dos Vínculos Econômicos e Ideológicos	12
2.3	Aproximação com Regimes de Extrema Direita	15
3	PANDEMIA GLOBAL DE COVID-19: INICIATIVAS E DESAFIOS GLOBAIS	17
3.1	Respostas Governamentais e Cooperação Internacional	18
3.2	Desafios de Vacinação	19
4	POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DO GOVERNO BOLSONARO EM FACE À PANDEMIA	22
4.1	OMS	23
4.2	Relações Bilaterais	25
4.3	Vacinas	26
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
	REFERÊNCIAS	29

INTRODUÇÃO

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou a crise proporcionada pelo vírus da COVID-19 como uma pandemia global (WHO, 2020). Dentre a ampla gama de ações adotadas pelos mais diversos Estados perante a maior crise sanitária internacional do século, poucas foram tão polêmicas quanto às implementadas por Jair Bolsonaro, como chefe de Estado do Brasil.

Entre os escândalos protagonizados por Bolsonaro durante o período analisado, destacam-se o incentivo do uso de medicamentos de eficácia não comprovada para o tratamento de pacientes com COVID-19 (Alvarenga *et al.*, 2020), diversas falas negacionistas que menosprezavam as consequências da doença (Medeiros, 2021), o caos implantado no Ministério da Saúde, a omissão de informações oficiais acerca do vírus, a crise causada pela carência de respiradores em Manaus, além do grave atraso na compra de vacinas eficazes para o combate à SARS-CoV-2, que resultou no óbito de centenas de milhares de brasileiros (Conectas, 2021).

Além das ações normativas internas tomadas pelo então Presidente, também foram desferidos ataques às Organizações Internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial de Saúde (OMS), além da reprodução de *fake news* acerca de vacinas e discursos xenofóbicos que descreviam o vírus da COVID-19 como “vírus chinês”¹. Essas e outras medidas resultaram em um forte repúdio internacional à postura do governo brasileiro acerca da pandemia, partindo tanto de Organizações Internacionais quanto de demais chefes de Estado (Mendes; Carnut; Melo, 2023).

Pandemias e outras crises internacionais proporcionam momentos de extrema insegurança e fluidez nas relações diplomáticas entre os Estados, podendo resultar em uma ampla variação de ações coletivas, como políticas de colaboração, acordos econômicos, disputas de poder e conflitos ideológicos.

Assim, as condutas dos governos vigentes durante o período da pandemia de COVID-19, tal qual suas relações entre si e suas posturas perante as Organizações Internacionais, configuram rico material de estudo no campo das Relações Internacionais.

O estudo da postura do Brasil frente às Organizações Internacionais e a análise das relações diplomáticas do país com outras nações durante o período de pandemia podem

¹ Informações retiradas do Boletim Direitos na Pandemia n. 10, levantamento realizado pela Cepedisa (Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário da Universidade de São Paulo), em parceria com a Conectas Direitos Humanos. Disponível em: https://www.conectas.org/wp-content/uploads/2021/03/Boletim_Direitos-na-Pandemia_ed_10.pdf.

oferecer esclarecimentos sobre a habilidade do Brasil de cooperar e se adaptar às demandas internacionais, bem como as implicações dessa habilidade (ou falta dela) para a política externa brasileira.

Por fim, a reputação de um país no cenário internacional tem implicações significativas para sua capacidade de estabelecer alianças, atrair investimentos e exercer influência, tanto regional como globalmente. Analisar como a postura do governo Bolsonaro em relação à pandemia de COVID-19 afetou a percepção do Brasil no Sistema Internacional contribuirá para uma maior compreensão das consequências de decisões tomadas por líderes de Estado durante períodos de crises internacionais.

Este estudo tem como objetivo analisar as controversas medidas tomadas pelo ex-Presidente Jair Bolsonaro durante a pandemia do vírus SARS-CoV-2, bem como determinar analisar suas consequências para a diplomacia do Brasil e para sua imagem no Sistema Internacional.

O trabalho foi estruturado com base em artigos acadêmicos e, devido a atualidade do tema, a pesquisa também se apoiará em fontes primárias como discursos, depoimentos, notas oficiais, notícias e entrevistas midiáticas. Por meio deste formato de análise, o artigo foi dividido em três capítulos. No capítulo 1, é apresentada uma contextualização da Política Externa Brasileira (PEB), oferecendo uma visão geral das suas principais características e estratégias durante a gestão de Bolsonaro.

No capítulo 2, o foco se encontra na pandemia global de COVID-19 e as questões e iniciativas globais emergentes desta crise. [O capítulo contém uma análise de](#) como diferentes nações e organizações internacionais responderam à pandemia, com ênfase em práticas e estratégias de cooperação e medidas de saúde pública.

No capítulo 3, foi realizada uma análise empírica da política externa de Bolsonaro em face à pandemia. Com base em uma ampla gama de fontes, incluindo artigos acadêmicos, discursos oficiais, depoimentos, notícias e entrevistas midiáticas, [foram analisadas](#) as medidas controversas adotadas por Bolsonaro durante a pandemia, [bem como avaliadas](#) suas implicações para a diplomacia brasileira e a imagem do Brasil no cenário internacional.

Com este estudo, pretende-se contribuir para uma maior compreensão das consequências das decisões tomadas por líderes de Estado durante os períodos de crises internacionais, usando o exemplo do Brasil sob o governo de Jair Bolsonaro durante a pandemia de COVID-19.

1 POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DURANTE O GOVERNO BOLSONARO

O início do governo de Jair Bolsonaro em 2019 marcou uma mudança considerável na estratégia de política externa brasileira, com um realinhamento pautado por princípios conservadores e inclinações neoliberais (Lima; Albuquerque, 2019). As relações internacionais do Brasil, conseqüentemente, passaram por uma fase de reorientação ideológica. Em “O Estilo Bolsonaro de Governar e a Política Externa”, Maria Regina Soares de Lima e Marianna Albuquerque (2019, p.) afirmam que:

Bolsonaro utiliza a PEB como um espaço de políticas declaratórias que buscam a fidelização de uma parcela mais radical do eleitorado. [...] Apontamos, ainda, as limitações dessa postura e os riscos envolvidos com a reformulação não só de princípios históricos da ação externa do país, mas também da estrutura do Ministério das Relações Exteriores.

Um elemento essencial a ser destacado, portanto, é a mudança da postura do Brasil no cenário internacional. Como observado por Alvarenga et al. (2021), antes do governo Bolsonaro, o Brasil se notabilizava por uma atuação destacada em fóruns e organizações multilaterais abrangendo áreas como segurança, comércio, desenvolvimento, meio ambiente, direitos humanos e saúde. Além disso, mantinha um enfoque pragmático que buscava a promoção do desenvolvimento nacional sem estrita adesão a ideologias políticas. Esse paradigma sofreu alterações significativas durante o governo Bolsonaro.

O Brasil passou a mostrar um distanciamento do multilateralismo, que era parte integrante de sua política externa (Hirst; Maciel, 2022). Este realinhamento não ocorreu de maneira isolada, mas em conjunto com um redirecionamento das relações diplomáticas. O Brasil, sob o governo Bolsonaro, passou a experimentar tensões diplomáticas com parceiros importantes. Este redirecionamento, aliado à crítica ao multilateralismo, suscita questionamentos sobre a orientação estratégica, a visão subjacente, e as ações da política externa brasileira, particularmente no contexto da pandemia de COVID-19.

Este capítulo tem como objetivo fornecer uma análise desta nova fase, embasada em estudos acadêmicos e na perspectiva de especialistas em relações internacionais.

1.1 Mudanças nas Políticas Internacionais de Direitos Humanos

O governo de Jair Bolsonaro marcou um afastamento significativo da tendência das últimas décadas em que o Brasil se alinhava às pautas de direitos humanos. O país havia assumido um papel de liderança em diversas questões relacionadas aos direitos humanos, especialmente em fóruns internacionais (Kyrillos; Simioni, 2022). Essa postura estava alinhada com a imagem de um Brasil comprometido com a igualdade, os direitos das mulheres, os direitos indígenas e a promoção da paz.

Com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, houve uma mudança significativa nesta abordagem. Bolsonaro possui um histórico de declarações que são contrárias aos pilares dos direitos humanos, incluindo falas consideradas homofóbicas, racistas e depreciativas em relação às mulheres (Braga *et al.*, 2021). Essas ideologias não foram apenas retóricas, mas foram incorporadas na política externa brasileira, com o país adotando posturas mais conservadoras em fóruns internacionais (Kyrillos; Simioni, 2022).

Em 22 de novembro de 2020, durante a Cúpula do G20, Bolsonaro fez um discurso que exemplifica esta mudança de postura:

“Somos um povo miscigenado. Brancos, negros e índios edificaram o corpo e o espírito de um povo rico e maravilhoso. [...] Foi a essência desse povo que conquistou a simpatia do mundo. Contudo, há quem queira destruí-la, e colocar em seu lugar o conflito, o ressentimento, o ódio e a divisão entre raças, sempre mascarados de ‘luta por igualdade’ ou ‘justiça social’” (Bolsonaro *apud* Jornal Nacional, 2020).

No discurso, Jair Bolsonaro parece propositalmente ignorar a existência do racismo no Brasil, ao enaltecer uma suposta unidade harmoniosa entre diferentes grupos raciais que compõem o país. Ao fazê-lo, ele apresenta uma imagem distorcida e idealizada do Brasil como uma sociedade miscigenada e sem conflitos raciais, o que está em desacordo com a realidade de um país onde o racismo é prevalente e as disparidades socioeconômicas são profundamente enraizadas em questões raciais.

Além disso, de maneira insidiosa, ele utiliza essa retórica **como modo de** deslocar a culpa pela divisão e pelo ressentimento racial aos ativistas sociais e movimentos que lutam contra o racismo e as desigualdades. Ao categorizar os esforços desses ativistas como fomentadores de ódio e divisão, Bolsonaro tenta minar a legitimidade e a urgência de suas causas, e não trazer atenção ao fato de que esses indivíduos e movimentos estão, na verdade, dedicando suas vidas para combater as injustiças e promover a igualdade em um país que

ainda luta com o legado de seu passado colonial e escravocrata. Essa estratégia é característica da postura de Jair Bolsonaro acerca de questões relacionadas aos direitos humanos.

Em relação às populações indígenas, Bolsonaro foi acusado internacionalmente de genocídio e ecocídio no Tribunal Penal de Haia. Segundo uma denúncia redigida por um grupo de advogados indígenas liderado por Eloy Terena, o presidente adotou “uma política anti-indígena explícita, sistemática e intencional” desde que assumiu o cargo. Os órgãos e políticas públicas, que antes protegiam os povos indígenas, foram transformados em ferramentas de perseguição, com o objetivo de, segundo o grupo, “criar uma nação sem indígenas”. A denúncia aponta o aumento do desmatamento, incêndios e atividades ilegais em terras indígenas como consequência dessa política. Bolsonaro também cumpriu a promessa de campanha de não dar proteção legal a mais terras indígenas, o que, de acordo com Terena, é fundamental para a sobrevivência desses povos (Gortázar, 2021).

Quanto às questões de gênero, Gabriela M. Kyrillos e Fabiane Simioni (2022) destacam como, com a eleição de Bolsonaro em 2018, ocorreu uma intensificação de pautas neoconservadoras. Os discursos que embasam estas agendas comumente recorrem a retórica que defende a ideia de uma suposta ameaça comunista e um alegado dismantelamento da estrutura familiar atribuído à “ideologia de gênero” como fundamentos centrais. Associando-se ao movimento Escola Sem Partido e à mobilização liderada por setores evangélicos conservadores no país, Bolsonaro deu destaque em sua posse, no dia 1º de janeiro de 2019, à luta contra a ‘ideologia de gênero’, renunciando a sua inserção nas diretrizes do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, do Ministério das Relações Exteriores, e do Ministério da Educação durante seu mandato.

1.2 Reconfiguração dos Vínculos Econômicos e Ideológicos

No tocante à reconfiguração de vínculos econômicos e ideológicos, pode-se afirmar que a política externa de Bolsonaro refletiu uma desconstrução das iniciativas, projetos e compromissos do progressismo latino-americano (Hirst; Maciel, 2022). Essas mudanças na política externa do Brasil foram marcadas por uma combinação de interesses econômicos com orientações ideológicas, que moldaram as decisões e as prioridades nas relações internacionais do país sob o governo Bolsonaro.

Desde seus primeiros meses, o governo de Jair Bolsonaro buscou estabelecer uma política internacional que integrasse o Brasil ao grupo de países liderados por figuras e ideais de extrema direita. Essa inclinação se manifestou principalmente na relação estreita

construída com o ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e seus partidários (Hirst; Maciel, 2022).

A proximidade com o governo Trump foi caracterizada não apenas por similaridades ideológicas, mas também por uma concordância em certos temas de Política Externa. Este alinhamento com os Estados Unidos, especialmente durante a administração Trump, foi central para a Política Externa Brasileira durante o período analisado, incorporando questões político-ideológicas, econômicas, e de segurança e defesa.

Contudo, se faz necessário reconhecer que o Brasil e os Estados Unidos apresentam disparidades significativas em seus níveis de poder e influência no cenário global. Enquanto os Estados Unidos, na época sob a liderança de Trump, detinha a capacidade de exercer e reformular sua política externa com relativa autonomia, o Brasil enfrentava restrições derivadas de sua posição menos dominante no sistema internacional. No domínio do comércio, por exemplo, ambos os líderes, em teoria, endossaram o liberalismo econômico. No entanto, Bolsonaro, assim como Trump, expressou desconfiança em relação a iniciativas de comércio regionais, como é o caso do Mercosul para o Brasil (Lima; Albuquerque, 2019). É importante ressaltar que o alinhamento econômico regional é crucial para a projeção e autonomia do Brasil como um ator relevante no cenário internacional, ao passo que a autonomia econômica dos Estados Unidos não está intrinsecamente vinculada a tais alianças. Esta congruência ideológica que parece desconsiderar a disparidade de poder entre as duas nações não sugere que os interesses brasileiros estão alinhados aos do governo norte-americano. Pelo contrário, essa congruência suscita a percepção de que os interesses brasileiros podem estar subordinados à agenda estratégica dos Estados Unidos, resultando em uma perda de autonomia por parte do Brasil.

Dentre os demais temas de concordância dos governos de Trump e Bolsonaro, podem ser destacadas as questões de meio ambiente e mudanças climáticas, com ambos os presidentes inicialmente questionando o Acordo de Paris. Bolsonaro havia prometido se retirar do tratado, mas, ao contrário dos Estados Unidos, o Brasil permaneceu signatário devido às implicações geopolíticas e às pressões políticas de parceiros comerciais importantes, como a União Europeia (Lima; Albuquerque, 2019).

Quando se trata de direitos humanos, Trump retirou os Estados Unidos de duas instituições das Nações Unidas- o Conselho de Direitos Humanos e a Organização Educacional, Científica e Cultural (UNESCO)- que supostamente havia demonstrado um viés contra Israel. Mas enquanto o Brasil sob Bolsonaro alinou-se retoricamente a Trump ao

criticar organizações e tratados de direitos humanos, não tomou medidas para retirar-se dessas instituições.

Além disso, ambos os líderes expressaram intenções similares nas relações com Israel. Trump realocou a embaixada dos Estados Unidos em Israel de Tel Aviv para Jerusalém, uma medida que Bolsonaro também prometeu durante sua campanha. No entanto, devido à reação de países árabes, importantes importadores de carne brasileira, Bolsonaro recuou em relação à realocação da embaixada e, em vez disso, abriu um escritório comercial em Jerusalém (Lima; Albuquerque, 2019).

Do ponto de vista econômico, apesar de o governo Bolsonaro ter se aproximado significativamente dos Estados Unidos durante a administração Trump, essa relação econômica foi majoritariamente unidirecional, sem muitos benefícios tangíveis para o Brasil. Por exemplo, o Brasil fez concessões comerciais aos EUA, esperando apoio em sua entrada na OCDE, mas não obteve os retornos esperados (Hirst; Maciel, 2022).

Ademais, no que diz respeito à política econômica externa do governo, Bolsonaro buscava alcançar um equilíbrio pragmático entre cumprir os compromissos com o sistema financeiro e monetário internacional e manter uma parceria comercial com a China (Hirst; Maciel, 2022).

Na esfera geopolítica, o governo teve que equilibrar cuidadosamente as pressões dos Estados Unidos e da China. Por um lado, além de ser um dos maiores importadores de soja e carne brasileira, a China, com seus projetos geoeconômicos na Ásia e na África, aumentou seus investimentos na América Latina e mostrou grande interesse no Brasil (Borquez; Bravo, 2020). Por outro lado, os Estados Unidos buscaram intensificar sua influência na região, pressionando o Brasil a fazer parte do plano *Clean Network*, por exemplo, que visa excluir a empresa chinesa Huawei da infraestrutura de redes 5G no Brasil.

Já em relação à América Latina, o governo Bolsonaro adotou uma abordagem minimalista buscando preservar mercados com uma menor dose de compromissos institucionais e responsabilidades. A postura em relação ao Mercosul é um exemplo disso, onde o bloco foi visto mais como um instrumento do que um fim em si mesmo (Molina, 2020).

O agronegócio, por sua vez, desempenhou um papel central na política econômica externa do governo de Bolsonaro. O então presidente atribuiu grande importância ao setor como um motor para o crescimento econômico e como uma área de competitividade global para o Brasil, flexibilizando a regulação de agrotóxicos e a demarcação de terras indígenas (Molina, 2020). Essa política foi justificada como necessária para aumentar a competitividade

do agronegócio brasileiro, mas atraiu críticas de ambientalistas e organizações preocupadas com os impactos na saúde pública.

1.3 Aproximação com Regimes de Extrema Direita

Além dos Estados Unidos, o Brasil de Bolsonaro também se aproximou de países como Hungria e Polônia, onde projetos de poder com posicionamentos anticomunistas e anti-integração regional estavam em ascensão. Esses países, juntamente com a República Checa e Eslováquia, formam o Grupo Visegrado, que representa a ascensão da direita nacionalista na Europa Central. Em fevereiro de 2020, o Brasil, Hungria e Polônia foram integrantes da Aliança pela Liberdade Religiosa, iniciativa que buscava fortalecer a aliança entre países governados por líderes de direita nacionalista (Hirst; Maciel, 2022).

Outro relacionamento valorizado pela política externa de Bolsonaro foi com o Estado de Israel. Esta aproximação não se baseou apenas em interesses geopolíticos convergentes com os dos EUA, mas também envolveu um diálogo inter-religioso entre o cristianismo evangélico e posições radicais do sionismo. Isso incluiu a defesa do reconhecimento de Jerusalém como a capital de Israel (Lima; Albuquerque, 2019).

Um ponto adicional que chama a atenção é o fato de o Brasil ter sido reconhecido como um aliado extra-OTAN, juntamente com o incremento na colaboração em assuntos militares e de segurança com governos que compartilham ideologias semelhantes, como Israel, Emirados Árabes e Índia. Esse desenvolvimento também englobou uma ampliação na parceria militar e de inteligência com governos de orientação conservadora (Hirst; Maciel, 2022).

O quadro abaixo sumariza as principais características da Política Externa de Jair Bolsonaro discutidas no presente capítulo.

Quadro 1 – Características da Política Externa de Jair Bolsonaro

Direitos Humanos	Vínculos econômicos e regionais	Aproximação com Regimes de Extrema Direita
Em relação às populações indígenas, Bolsonaro foi acusado internacionalmente de genocídio e ecocídio no Tribunal Penal de Haia.	Desconstrução de iniciativas, projetos e compromissos do progressismo latino-americano	Diálogo inter-religioso entre o cristianismo evangélico e posições radicais do sionismo, incluindo a defesa do reconhecimento de Jerusalém como a capital de Israel.
Histórico de declarações que são contrárias aos pilares dos direitos humanos, incluindo falas consideradas homofóbicas, racistas e depreciativas em relação às mulheres	Busca por um equilíbrio pragmático entre cumprir os compromissos com o sistema financeiro e monetário internacional e manter uma parceria comercial com a China	Ampliação na parceria militar e de inteligência com governos de orientação conservadora, além do reconhecimento do Brasil como aliado extra-OTAN.
Postura preconceituosa que alega o perigo de dismantelamento da estrutura familiar atribuído à “ideologia de gênero”.	Agronegócio como atividade central na política externa econômica	Relação estreita construída com o ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e seus partidários.

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Dadas as explicações acerca da política externa de Bolsonaro, uma nova dimensão crítica desta análise emerge com a eclosão da pandemia de Covid-19. Este período desafiou governos e instituições em todo o mundo e certamente teve implicações profundas para a política externa do Brasil.

Consequentemente, **faz-se necessário** examinar como essa crise global afetou as iniciativas e respostas internacionais, bem como a política externa do governo de Bolsonaro. Isso nos leva ao segundo capítulo, **no qual** analisaremos a pandemia de Covid-19, seu impacto global, e as respostas internacionais à crise de saúde que desafiou o mundo como poucos eventos na história moderna.

2 PANDEMIA GLOBAL DE COVID-19: INICIATIVAS E DESAFIOS GLOBAIS

“Problemas sem passaporte”. Sob tal apelido, a ex-Diretora Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi A. Annan (2009), categorizou questões de natureza global que perpassam delimitações nacionais e demandam soluções de alcance internacional. Esses ‘inimigos comuns’ foram apontados por Annan como demandantes de uma abordagem multilateral, embasada na cooperação entre nações (Johnson, 2020).

Para tal, as Organizações Internacionais são essenciais. Essas contam com uma ampla gama de recursos e uma vasta experiência na gestão de diversas questões, além de disporem de importantes instrumentos que contribuem para a soluções comuns para desafios globais (OECD, 2020).

Entretanto, no ano de 2020, marcado pelo início da pandemia de COVID-19, a reação global à crise e às divergências políticas e ideológicas que eclodiram revelou as limitações da união dos Estados. Esses embates, mesmo em face de uma ameaça que se encaixa perfeitamente na descrição de Annan, expuseram a incapacidade das nações em se solidificarem coletivamente (Johnson, 2020).

De acordo com Alvarenga *et al.* (2020): “A pandemia escancara problemas já apontados anteriormente, mas que ganharam força ao longo da crise, como a Governança Global e o papel das organizações internacionais, da qual a OMS é o centro das atenções em razão da pandemia”. Os variados interesses políticos, ideológicos e econômicos dos diversos agentes internacionais engajados na luta contra o COVID-19 resultaram em uma falta de unidade estratégica, comprometendo a eficácia e a neutralidade apolítica no combate ao vírus.

Entre a desconfiança de líderes estatais acerca de recomendações estipuladas pela OMS, o número de mortes escalando dia após dia, a crise financeira decorrente do lockdown em setores econômicos substanciais, e a subsequente crise do desemprego, entre outras crises político, econômicas e ideológicas, pode-se afirmar que a pandemia de COVID-19 teve consequências palpáveis em todos os setores Estatais que ditam as Relações Internacionais.

Nesse contexto, é importante ressaltar também que nem todas as respostas internacionais à crise da pandemia caminharam no sentido de desunião e desconfiança. Analisaremos os esforços de cooperação internacional durante a COVID-19 no subcapítulo abaixo.

2.1 Respostas Governamentais e Cooperação Internacional

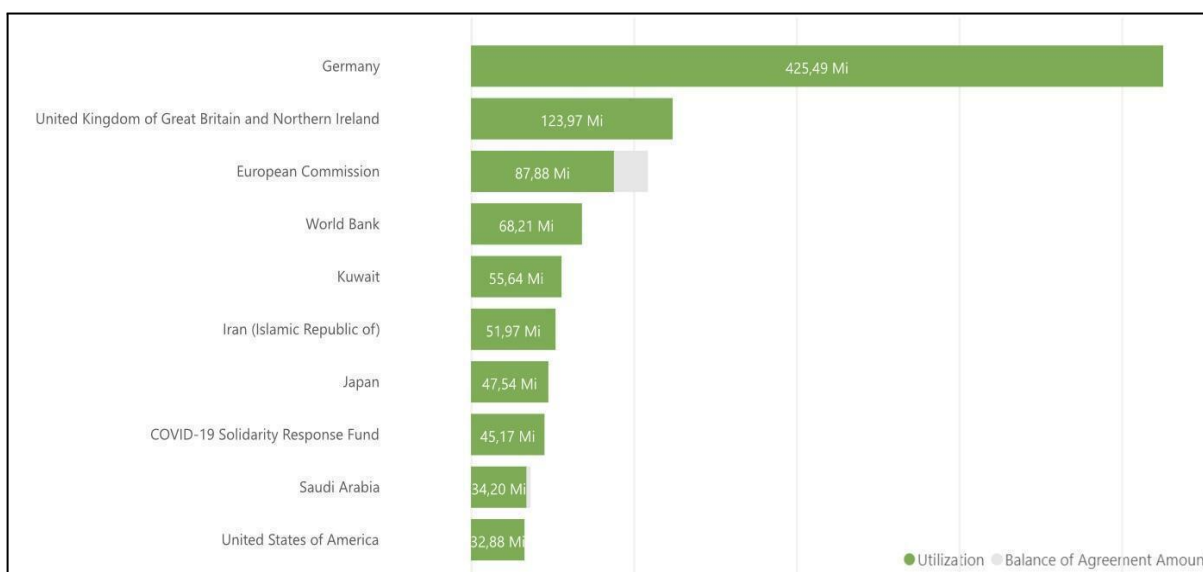
Apesar dos desafios políticos, econômicos e ideológicos que dificultam uma ação unificada do Sistema Internacional no que diz respeito ao combate da pandemia desde o ano de 2020, é possível identificar um conjunto de políticas globais que claramente se orientam na direção do multilateralismo.

Alguns Estados se apoiaram através do envio de missões médicas para países enfrentando picos de contaminação e escassez de recursos de saúde. Esse foi o caso de Cuba, China e Rússia, que enviaram ajuda à Itália e aos Estados Unidos quando estes enfrentavam picos emergenciais durante a pandemia (Alvarenga *et al.*, 2020). Também se destaca a atuação cooperativa e multilateral de Cuba, que auxiliou demais nações acerca do combate à pandemia através do envio de 1,8 mil profissionais de saúde cubanos para dezenas de países (SUDRÉ, 2020).

A Índia na cúpula da SAARC de 2020, por exemplo, fez um aceno ao multilateralismo e à cooperação regional do continente asiático ao contribuir com 1 milhão de dólares para o fundo de emergência destinado à contenção da Covid estabelecido pela associação (Gupta *et al.*, 2021).

Na mesma veia de contribuições financeiras, no ano de 2020 a Alemanha doou um total de 425,49 milhões de dólares para o fundo de combate à COVID-19 estabelecido pela OMS, se destacando como o maior Estado doador do fundo no período analisado.

Gráfico 1 – Doações, por país, para o fundo de contenção da Covid-19



Fonte: OMS (2020)

No mesmo ano, os cinco principais doadores subsequentes foram a Grã-Bretanha e a Irlanda do Norte, a Comissão Europeia, o Banco Mundial, o Kuwait e a República do Irã. Essas nações e entidades, em conjunto, realizaram contribuições no valor total de 408,51 milhões de dólares para o mesmo fundo.

No que diz respeito à negociação emergencial de equipamentos essenciais como luvas e máscaras, a China teve grande destaque, tornando-se o principal país fornecedor desses recursos no cenário internacional (Alvarenga *et al.*, 2020).

2.2 Desafios de Vacinação

O processo de desenvolvimento e de distribuição de vacinas contra a COVID-19 não foi isento de divergências e desunião. Embora o processo requeresse uma dinâmica de governança global garantidora da distribuição justa e equitativa de vacinas, muitos países optaram por colocar seus interesses nacionais em primeiro plano.

Em maio de 2020, na assembleia geral da ONU, os Estados Unidos sob administração de Donald Trump se opuseram à resolução que reconhecia o direito de vacinação como bem público mundial, com base na defesa da propriedade intelectual. Enquanto nações de maior poderio econômico competiram em uma corrida acelerada para adquirir doses de vacinas e garantir a vacinação de suas próprias populações, outras nações enfrentaram sérias carências no acesso à imunização. Essa dinâmica acentuou as divisões entre nações com recursos significativos e aquelas com menos capacidade econômica.

A corrida foi intensificada pelo investimento de recursos em laboratórios de países do norte global. As nações mais ricas alocaram financiamento considerável para apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas em seus próprios territórios, como o grupo farmacêutico AstraZeneca no Reino Unido, a Moderna e a Pfizer nos Estados Unidos, a BioNTech na Alemanha e por aí vai. Essa competição não apenas acelerou o processo de desenvolvimento, mas também criou uma concorrência global pela produção e distribuição de doses.

Na busca por uma governança global na área da saúde, em abril de 2020, a OMS, em parceria com a Fundação Bill e Melinda Gates, a França e a Comissão Europeia, estabeleceram o ACT Accelerator (Access to COVID-19 Tools Accelerator). Essa iniciativa colaborativa deu origem ao programa COVAX, cujo propósito reside na coordenação da comercialização de agentes imunizantes em escala global, com o objetivo primordial de

assegurar uma distribuição equitativa de imunizantes seguros entre as nações. O COVAX desempenha essa missão por intermédio da facilitação do diálogo e da aproximação entre empresas fabricantes de vacinas e nações interessadas em adquiri-las.

Embora muitas nações tenham se comprometido a comprar vacinas por meio do COVAX, algumas não puderam arcar com os custos associados. A iniciativa divide sua metodologia de compra em duas frentes: o modelo comprometido requer um pagamento inicial e uma garantia financeira para cobrir 20% da população do país, enquanto o modelo opcional exige um investimento inicial mais alto e sem a garantia. No entanto, o sucesso dessa iniciativa dependia inteiramente da colaboração internacional e das empresas, e de recursos financeiros dos países (Hafner *et al.*, 2020).

Embora os esforços implementados pela iniciativa da COVAX caminhassem para a colaboração internacional e o multilateralismo, a realidade da distribuição das vacinas foi longe de ser igualitária e colaborativa. Alguns países ricos compraram doses em quantidades que excediam em muito o tamanho de suas populações, enquanto muitas nações do sul global enfrentaram uma grave falta de acesso a vacinas. Os Estados Unidos, por exemplo, garantiram acordos para quatro vezes o tamanho de sua população, enquanto o Reino Unido e a União Europeia seguiram o mesmo caminho, com compras maiores que suas populações (Morales-Fajardo; Morales-Fajardo, 2022).

De acordo com uma análise conduzida pela universidade de Duke, em dezembro de 2021 os países membros do G7 e da União Europeia tinham, juntos, 769.8 milhões de doses de vacina sobrando, mesmo contando com a imunização de 75% da população, com 20% da população tomando doses de reforço, e considerando até 10% de desperdício desses recursos (Penn, 2021).

Enquanto isso, essa abordagem resultou em uma distribuição desigual e deixou populações com menos poderio financeiro, como o Haiti, com acesso limitado aos imunizantes (Global Times, 2021). De acordo com a mesma pesquisa, o número de vacinas excedentes compradas pelos países do G7 e da União Europeia em 2021 é maior do que o número de doses necessárias para eliminar a escassez dos imunizantes em países de baixa renda no mesmo ano.

Essa disparidade foi agravada pela complexidade burocrática e científica da produção, regulamentação e distribuição. As empresas farmacêuticas, desempenhando um papel central nesse cenário, muitas vezes manipularam contratos, incluindo cláusulas que limitavam a divulgação de preços e estipulavam datas de entrega que favoreciam certos países (Morales-Fajardo; Morales-Fajardo, 2022).

O uso de recursos políticos e econômicos por parte dos países ricos para garantir o acesso prioritário às vacinas aprofundou ainda mais a desigualdade. Isso criou uma situação em que nações com maior influência e poder econômico conseguiram garantir uma abundância de doses, enquanto outras nações lutavam para garantir um suprimento mínimo para suas populações.

Essas disparidades em torno do que passou a ser chamado de “nacionalismo das vacinas” foram evidenciadas por casos de negociações controversas envolvendo a Pfizer em países latino-americanos. Ações como a postura demandante da farmacêutica em relação à legislação argentina como modo de obter maior respaldo legal no país, por exemplo, causaram oficiais de governos latino-americanos a acusarem a Pfizer de intimidação (Nawrat, 2021).

Assim, como Tana Johnson afirmou em seu artigo, “Ordinary Patterns in an Extraordinary Crisis: How International Relations Makes Sense of the COVID-19 Pandemic” (2020), embora a pandemia possa ser extraordinária, seus padrões políticos são bastante comuns. o “nacionalismo das vacinas” nada mais é, portanto, do que a manifestação de um contexto global desigual, no qual interesses nacionais, políticos e econômicos prevalecem sobre o multilateralismo e a cooperação internacional.

3 POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DO GOVERNO BOLSONARO EM FACE À PANDEMIA

No que diz respeito à Diplomacia da Saúde, Bolsonaro herdou um Brasil com longa tradição de comprometimento com as pautas da Saúde Global, disposto de mecanismos científicos avançados e internacionalizados. O Fiocruz, por exemplo, é uma das mais importantes instituições de ciência e tecnologia em saúde da América Latina, e tem participação em reuniões periódicas de saúde global da OMS (Buss; Alcázar; Galvão, 2020). Além disso, o país tem uma extensa tradição de cooperação técnica internacional em saúde, com destaque para iniciativas como a criação da Iniciativa Medicamentos para Doenças Negligenciadas (DNDi), a participação na Aliança Global para Vacinas e Imunização (GAVI) e a liderança na luta contra a epidemia de HIV/AIDS (Buss; Alcázar; Galvão, 2020).

Para mais, o Brasil tem um legado importante acerca da produção e distribuição de vacinas, que é reconhecido internacionalmente (Peres *et al.*, 2021). Seus mecanismos incluem o PNI (Programa Nacional de Imunização), criado em 1973, o SUS (Sistema Único de Saúde), criado em 1988, e a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), criada em 1999.

Assim, a Política Externa do governo de Jair Bolsonaro em relação à pandemia de COVID-19 seguiu a tendência das demais faces de sua atuação internacional: o afastamento do país para com seu legado histórico de diplomacia. No tocante à gestão governamental em meio a pandemia, Bolsonaro atuou contra as recomendações científicas da OMS, posicionando-se na contramão do mundo (Alvarenga *et al.*, 2020).

A tabela abaixo representa as relações do Governo Bolsonaro em relação à pandemia de COVID-19. A tabela contém uma série de ações normativas e posicionamentos que podem servir como guia de análise das relações diplomáticas do chefe de Estado no tocante à crise sanitária, em diálogo com três atores (Organizações Internacionais, Estados Unidos e China).

Quadro 2 – Ações normativas e posicionamentos no tocante à crise sanitária em diálogo com três atores

Ator Tema	Vacinas	<i>Fake news</i>	Medidas de contenção
China	Bolsonaro chamou a Coronavac de 'Vacina Chinesa do João Dória', e, a princípio, vetou a compra dos insumos.	Em um discurso público, Bolsonaro promoveu a <i>fake news</i> de que o Coronavírus é parte de uma 'Guerra Biológica Chinesa'	Ao contrário do Brasil de Bolsonaro, a China conduziu as medidas de contenção do vírus de maneira séria e imediata.
OI's	Bolsonaro deixou de comprar 43 milhões de vacinas mais baratas, por meio da iniciativa da COVAX, comprando apenas metade do estipulado.	Bolsonaro propagou <i>fake news</i> ao afirmar que OMS é contra a vacinação de adolescentes, informação desmentida pela organização.	O Governo Bolsonaro se voltou contra as medidas estipuladas pela OMS, criticando a sua legitimidade quanto organização.
Estados Unidos	Ambos os governos tentaram descredibilizar as vacinas, e lutar contra a obrigatoriedade das mesmas.	Bolsonaro e Trump se alinharam na promoção de medicamentos ineficazes como tratamentos efetivos contra a COVID-19, (cloroquina e ivermectina).	Bolsonaro e Trump criticaram as medidas de <i>Lockdown</i> e outras medidas essenciais para a contenção do vírus.

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Para efeitos de uma pesquisa completa acerca da política externa do Governo Bolsonaro em relação a pandemia da COVID-19, o presente capítulo contempla 3 níveis de análise essenciais: OMS, Relações Bilaterais e Vacinas.

3.1 OMS

Não é segredo que Bolsonaro se posicionou contra as recomendações da OMS e de especialistas acerca do combate à pandemia. Bolsonaro criticou o isolamento social, incitou a aglomeração em seus palanques e chegou a chamar a COVID-19, doença que matou mais de 700 mil brasileiros, de “gripezinha”, numa tentativa de minimizar seus impactos na percepção popular.

Além de mortes evitáveis, as medidas tomadas pelo então presidente em relação à pandemia causaram desconforto no cenário internacional. Contribuindo para esse desalinhamento, vários ministros do Governo Bolsonaro proferiram ataques à OMS, como tentativa de descredibilizar a instituição (Alvarenga *et al.*, 2020). Em 2020, Ernesto Araújo, ex-Ministro das Relações Exteriores, publicou um artigo intitulado de “Chegou o Comunavírus”, no qual afirma:

[...] Transferir poderes nacionais à OMS, sob o pretexto (jamais comprovado!) de que um organismo internacional centralizado é mais eficiente para lidar com os problemas do que os países agindo individualmente, é apenas o primeiro passo na construção da solidariedade comunista planetária (Araújo, 2020).

O trecho demonstra com clareza e objetividade o posicionamento ideológico do governo Bolsonaro acerca da OMS. Bolsonaro e sua corja constantemente proferiram ataques à instituição, afirmando que essa possuía um forte viés ideológico, e que atuava como uma organização partidária (“Bolsonaro aponta ‘viés ideológico’ na OMS e ameaça tirar Brasil da organização”, 2020).

Por vezes, o ex-presidente até ameaçou retirar o Brasil da organização, seguindo os passos dos outros países liderados pela extrema direita no período da pandemia. Esse grupo de Estados que se voltavam contra as medidas de combate à COVID-19 estipuladas pela OMS incluíam países como a Nicarágua, Turcomenistão e Bielorrússia, e ficaram conhecidos como “Aliança da Avestruz”. O apelido refere-se ao animal que enfia a cabeça em um buraco ao invés de enfrentar obstáculos e dificuldades (Alvarenga *et al.*, 2020).

Bolsonaro utilizou-se também de ataques pessoais para sustentar a desacreditização da OMS, mencionando o nome de Tedros Adhanom Ghebreyesus, o então presidente da organização, em diversos pronunciamentos: “Pessoal fala tanto em seguir a OMS. O diretor presidente da OMS é médico? Não é médico! Sabia disso? É a mesma coisa de falar, aqui no Brasil, que o presidente da Caixa não fosse alguém da economia. Não tem cabimento” (Bolsonaro *apud* Paz, 2020).

De fato, Ghebreyesus não é médico. É biólogo com mestrado em Imunologia e Doenças Infecciosas, Doutor em Filosofia e Saúde Comunitária, ex-ministro da Saúde e das Relações Exteriores da Etiópia, presidente do Conselho Executivo da União Africana e do Fundo Global de Combate à Aids, Tuberculose e Malária (Martins, 2020). Isto posto, Ghebreyesus claramente tem as credenciais necessárias para ocupar o mais alto cargo da Organização Mundial da Saúde.

Esses ataques não passaram despercebidos. Em diversas ocasiões, autoridades da OMS criticaram duramente os posicionamentos de Bolsonaro, alertando que a falta de medidas preventivas de controle da pandemia estava afastando o país de qualquer sinal de melhora no número de casos de COVID-19, insinuando que Bolsonaro não estava levando a crise sanitária a sério (Veja, 2020).

Na 76ª Assembleia Geral da ONU em 2021, Bolsonaro fez um discurso anti-ciência e distante dos grandes desafios mundiais em direitos humanos (Conectas, 2021), contribuindo

mais uma vez para o afastamento do Brasil de sua reputação histórica de diplomacia em saúde e direitos humanos. No pronunciamento, o ex-presidente continuou empurrando a agenda do tratamento precoce, defendendo o uso de medicamentos como a Cloroquina e a Ivermectina.

Segundo Camila Asano, diretora de programas da Conectas Direitos Humanos, o discurso de Bolsonaro na Assembleia solidificou ainda mais o prejuízo representado pelo governo brasileiro para a reputação do país internacionalmente.

Bolsonaro usa seu tempo em uma das tribunas mais importantes do mundo para propagar tratamentos comprovadamente ineficazes contra a Covid-19 e para criticar as medidas de distanciamento social, na contramão do que afirma a ciência e a OMS. [...] É uma posição que desrespeita as vítimas da pandemia e prejudica ainda mais a credibilidade internacional brasileira no momento em que o presidente se esforça em atrair investimentos internacionais (Asano *apud* Medeiros, 2021).

Além da possível perda de legitimidade consequente da participação de Bolsonaro em fóruns internacionais, a ausência do Brasil em fóruns multilaterais também demonstra prejuízo em oportunidades perdidas e perda de liderança regional. Bolsonaro não participou da primeira iniciativa multilateral para o desenvolvimento da vacina, na primeira Assembleia Mundial de Saúde da OMS após a pandemia, e nem da cooperação da ONU que visava discutir uma recuperação econômica sustentável juntamente a 50 chefes de Estado (Alvarenga *et al.*, 2020).

3.2 Relações Bilaterais

Também em sincronia com as outras facetas de sua política externa, as ações de Bolsonaro em relação à pandemia contaram com um amplo alinhamento ideológico com os Estados Unidos de Donald Trump.

O então presidente do Brasil juntamente de seu contemporâneo norte-americano propagaram a agenda da cloroquina e da ivermectina, medicamentos comprovadamente não efetivos contra o vírus da COVID-19, se posicionando contra as recomendações da OMS e dos demais principais grupos de pesquisa médica do mundo. Bolsonaro não apenas defendeu o uso dos remédios publicamente, mas também ordenou que o exército brasileiro aumentasse a produção dos mesmos, propondo o chamado “tratamento precoce” como medida pública de saúde (Alvarenga *et al.*, 2020).

Na mesma veia, Bolsonaro e Trump tinham discursos semelhantes acerca de críticas a OMS e a medidas importantes de contenção do vírus, como o lockdown (Betim; Benites,

2020). Os dois países proferiram ataques à organização, provocando tensões que culminaram na retirada formal dos Estados Unidos de Donald Trump da maior organização de saúde do sistema internacional, durante a maior crise de saúde global do século.

Outra relação bilateral que foi marcada pela atuação do Governo Bolsonaro em relação a pandemia de COVID-19 foi a relação Brasil-China.

Mais de uma vez, Bolsonaro e seus ministros se referiram ao vírus da COVID-19 como ‘vírus chinês’, marcando com preconceito e agressividade a relação entre o Brasil e seu maior parceiro comercial em uma época de recessão econômica global (Alvarenga *et al.*, 2020). As tensões foram presentes até nas redes sociais. Yang Wanming, então embaixador chinês, rebateu comentários publicados por Eduardo Bolsonaro nos quais o deputado inferiu que a pandemia foi “culpa do governo chinês”. O embaixador classificou os comentários do filho do presidente como falas “absurdas e preconceituosas, além de irresponsáveis” (Vettorazzo, 2022). O embaixador chinês chegou a republicar um tweet chamando a família Bolsonaro de ‘veneno do Brasil’, e exigiu um pedido formal de desculpas.

Esse desconforto diplomático teve consequências palpáveis na relação econômica entre os países. Os impactos incluíram prejuízos na exportação de commodities como a soja, e na importação de equipamentos médicos como luvas e respiradores, materiais essenciais principalmente durante o período da pandemia (Alvarenga *et al.*, 2020).

3.3 Vacinas

Apesar do legado brasileiro na promoção e distribuição de imunizantes, no tocante à busca pela vacina contra a COVID-19 sob o governo Bolsonaro o cenário foi notavelmente diferente. A princípio, enquanto laboratórios como a Pfizer e a Astrazeneca desenvolviam as vacinas e os demais Estados encontravam-se na busca incessante pela compra do imunizante na menor janela de tempo possível, Bolsonaro expressava críticas infundadas acerca de sua eficácia e segurança (Conectas, 2022).

No dia 15 de agosto de 2020, a Pfizer mandou um email apresentando uma proposta de venda de imunizantes para o governo Federal, afirmando que as vacinas estariam disponíveis para a imunização do povo brasileiro em dezembro, mas não obteve resposta. Desde então, o laboratório fez 101 tentativas de fechar um acordo de venda de vacinas, todas ignoradas (Souza, 2021).

Sobre a corrida pela imunização, Bolsonaro afirmou

“Agora, pelo que tudo indica, né, todo mundo diz que a vacina que menos demorou foram quatro anos. Eu não sei por que correr em cima dessa. Eu dou minha opinião pessoal. Não é mais barato ou mais fácil investir na cura do que até na vacina? Ou jogar nas duas, mas também não esquecer da cura. A cura, eu por exemplo, sou testemunha. Eu tomei a hidroxicloroquina, outros tomaram ivermectina, outros tomaram Annita e deu certo. Pelo que tudo indica, todo mundo que tratou precocemente com uma dessas três opções foi curado” (Bolsonaro *apud* O Tempo, 2020).

Como sumarizado pela fala acima, as ações de Bolsonaro no tocante aos imunizantes para a COVID-19 foram guiadas por uma aparente desconfiança nas vacinas. Como estratégia de contenção do vírus, ao invés da imunização, o ex-presidente investiu na promoção do ‘tratamento precoce’, empurrando a agenda do uso de cloroquina e ivermectina em seus discursos e notas oficiais, contrariando as mais renomadas instituições de saúde nacionais e internacionais. Para mais, Bolsonaro vetou a compra da vacina apelidada de CoronaVac, produzida pelo Instituto Butantan em parceria com a SINOVAC, se referindo ao imunizante como ‘Vacina chinesa do João Doria’ (Conectas, 2022).

Diante da ausência de uma mobilização federal unificada acerca da promoção de vacinas para o povo brasileiro, os governadores estaduais tomaram a liderança e começaram a negociar seus próprios acordos. Em setembro de 2020, João Doria, então governador do Estado de São Paulo, assinou um contrato de compra de 46 milhões de doses da CoronaVac. Apenas em janeiro de 2021 o governo federal fechou seu primeiro acordo com a mesma empresa (G1, 2021). Posteriormente, o governo Bolsonaro fechou acordos de compras dos insumos com a Pfizer e com a Janssen. No momento em que o ex-presidente assinava os acordos, mais de 50 países já haviam iniciado seus processos de vacinação (CNN Brasil, 2020).

Mas o sucesso das negociações não significou um recuo em sua desconfiança em relação aos imunizantes. Em meio a vacinação com o imunizante desenvolvido pela Pfizer, Bolsonaro fez uma declaração irônica acerca do insumo, afirmando que “se você virar jacaré, é problema seu” (Conectas, 2022), entre diversos outros pronunciamentos inflamatórios proferidos pelo ex-presidente como maneira de desacreditar as vacinas.

Assim, o processo de imunização contra a COVID-19 no Brasil foi marcado por diversas dificuldades políticas impostas pelo governo Bolsonaro, discursos presidenciais sem nenhum embasamento científico e um atraso inaceitável na compra e distribuição das vacinas para a população. É lamentável que o Brasil, reconhecido globalmente por seu histórico de imunização, tenha se afastado de sua tradição diplomática ao ponto de ignorar mais de cem

tentativas de negociação de um insumo que poderia ter salvado a vida de centenas de milhares de brasileiros.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar, portanto, que a política externa brasileira durante a pandemia de COVID-19 sob o governo Bolsonaro foi marcada por um afastamento das normas e diretrizes diplomáticas do Brasil, tendência que posicionou o país na contramão da história (Alvarenga *et al.*, 2020). Navegando circunstâncias extremamente delicadas no Sistema Internacional e contando com uma forte onda de repúdio, o Brasil se alinhou a outros países liderados por chefes de Estado de extrema direita, demonstrando tendências negacionistas perante à pandemia de COVID-19 e um irreparável descaso com suas vítimas (Conectas, 2021).

As desavenças de Bolsonaro com a OMS durante a maior crise sanitária do século demonstraram um Brasil fragilizado e perigoso, principalmente no tocante à questões que Annan Kofi apelidou de “Problemas sem Passaportes” (Annan, 2009).

Assim, o país construiu uma reputação de ‘pária internacional’ devido a sua condução da crise viral (Cohen, 2022). A amarga contradição imposta é a realidade de que o país tinha, em seu cerne, todos os instrumentos necessários para combater a pandemia da COVID-19 de modo efetivo, científico e diplomático. Em diferentes circunstâncias, o Brasil poderia ter ampliado o escopo de seu reconhecido legado no tocante à saúde global, e, mais importantemente, evitado a morte de centenas de milhares de pessoas. Cabe aos cidadãos brasileiros não esquecerem deste triste capítulo, que agora entra para a história e para o legado do país no Sistema Internacional.

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, Alexandre Andrade; ROCHA, Erika Maria Sampaio; FILIPPON, Jonathan; ANDRADE, Maria Angelica Carvalho. Política externa e diplomacia da saúde global em tempos de pandemia: o Brasil na contramão da história. **SciELO Preprints**, 2020.
- ANNAN, Kofi A. Problems Without Passports. **Foreign Policy**, 2009. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2009/11/09/problems-without-passports/>. Acesso em: 16 out. 2023.
- ARAÚJO, Ernesto. **A nova política externa brasileira**: seleção de discursos, artigos e entrevistas do Ministro das Relações Exteriores – 2019. Brasília: FUNAG, 2020.
- BETIM, Felipe; BENITES, Afonso. Afastado até de Trump, Bolsonaro lidera negacionismo do coronavírus no mundo e incentiva “fake news”. **El País Brasil**, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-03-31/afastado-ate-de-trump-bolsonaro-lidera-negacionis-mo-do-coronavirus-no-mundo-e-incentiva-fake-news.html>. Acesso em: 16 out. 2023.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BORQUEZ, Andres; BRAVO, Carlos. Who are China’s strategic economic partners in South America? **Asian Education And Development Studies**, [S.L.], v. 10, n. 3, p. 445-456, 7 abr. 2020. <http://dx.doi.org/10.1108/aeds-09-2019-0153>.
- BRAGA, Maria do Socorro Sousa; MULLER, Gustavo; RODRIGUES, Marcus Corrêa. Incomplete Democracies: the brazilian case. **Anuario Latinoamericano – Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales**, [S.L.], v. 11, p. 19-41, 5 nov. 2021. Maria Curie-Skłodowska University. <http://dx.doi.org/10.17951/al.2021.11.19-41>.
- BUSS, Paulo M.; ALCÁZAR, Santiago; GALVÃO, Luiz Augusto. Pandemia pela Covid-19 e multilateralismo: reflexões a meio do caminho. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 34, n. 99, p. 45-64, ago. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.004>.
- CALGARO, Fernanda. Governo Bolsonaro e as vacinas contra a Covid: veja a cronologia e entenda as polêmicas. **G1**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/07/17/governo-bolsonaro-e-as-vacinas-cronologia.ghtml>. Acesso em: 16 out. 2023.
- CNN BRASIL. Veja quais países iniciaram a vacinação contra a Covid-19; Brasil está fora. **CNN Brasil**, 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/quais-os-paises-que-ja-comecaram-a-vacinacao-contra-a-covid-19>. Acesso em: 16 out. 2023.
- COHEN, Sandra. Governo Bolsonaro cava com insistência o papel de pária internacional para o Brasil. **G1**, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/blog/sandra-cohen/post/2022/06/17/governo-bolsonaro-cava-com-insistencia-o-papel-de-paria-internacional-para-o-brasil.ghtml>. Acesso em: 16 out. 2023.

CONECTAS. Direitos na Pandemia: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil. **Boletim Conectas**, São Paulo, n. 10, mar. 2021. Disponível em: https://www.conectas.org/wp-content/uploads/2021/03/Boletim_Direitos-na-Pandemia_ed_10.pdf. Acesso em: 03 set. 2023.

ELES poderiam estar vivos. Direção de Gabriel Mesquita e Lucas Mesquita. Produção independente, 2022. (85 min.).

ESTEVES, Amanda L. Relations between Brazil and Spain under the Bolsonaro's government. **Cuadernos Iberoamericanos**, [S.L.], v. 9, n. 2, p. 48-64, 17 dez. 2021. <http://dx.doi.org/10.46272/2409-3416-2021-9-2-48-64>.

GARCIA, Gustavo. Bolsonaro aponta “viés ideológico” na OMS e ameaça tirar Brasil da organização. **G1**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/05/bolsonaro-aponta-vies-ideologico-na-oms-e-ameaca-tirar-brasil-da-organizacao.ghtml>. Acesso em: 16 out. 2023.

GLOBAL TIMES. GT investigates: Rich countries hoarding vaccines in disregard of poorer regions breathes life into new variants, worsens economic disparity. **Global Times**, 2022. Disponível em: <https://www.globaltimes.cn/page/202201/1246196.shtml>. Acesso em: 03 set. 2023.

GORTÁZAR, Naiara Galarraga. Bolsonaro é denunciado por genocídio em Haia em processo guiado por advogado indígena. **El País Brasil**, 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-08-09/bolsonaro-e-denunciado-por-genocidio-em-haia-e-m-processo-guiado-por-advogado-indigena.html>. Acesso em: 03 set. 2023.

GUPTA, Nippun; SINGH, Bawa; KAUR, Jaspal; SINGH, Sandeep; CHATTU, Vijay Kumar. COVID-19 Pandemic and Reimagination of Multilateralism through Global Health Diplomacy. **Sustainability**, [S.L.], v. 13, n. 20, p. 11551, 19 out. 2021.

HAFNER, Marco; YERUSHALMI, Erez; FAYS, Clement; DUFRESNE, Eliane; VAN STOLK, Christian. **COVID-19 and the cost of Vaccine Nationalism**. Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2020.

HIRST, Monica; MACIEL, Tadeu. A política externa do Brasil nos tempos do governo Bolsonaro. **SciELO Preprints**, 2022. <http://dx.doi.org/10.3390/su132011551>.

JOHNSON, Tana. Ordinary Patterns in an Extraordinary Crisis: how international relations makes sense of the covid-19 pandemic. **International Organization**, [S.L.], v. 74, n. 1, p. E148-E168, 16 nov. 2020. <http://dx.doi.org/10.1017/s0020818320000430>.

JORNAL NACIONAL. Bolsonaro diz que tensões entre raças no Brasil são importadas e alheias à nossa história. **Jornal Nacional G1**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/11/21/bolsonaro-diz-que-tensoes-entre-raca-s-no-brasil-sao-importadas-e-alheias-a-nossa-historia.ghtml>. Acesso em: 16 out. 2023.

KYRILLOS, Gabriela M.; SIMIONI, Fabiane. Raça, gênero e direitos humanos na política externa brasileira no governo bolsonaro (2019-2021). **Revista Direito e Práxis**, [S.L.], v. 13, n. 3, p. 1874-1896, jul. 2022. <http://dx.doi.org/10.1590/2179-8966/2022/68535>.

LIMA, Maria Regina Soares; ALBUQUERQUE, Marianna Restum Antonio. O Estilo Bolsonaro de Governar e a Política Externa. **Boletim OPSA**, n. 1, jan.-mar. 2019.

MARTINS, Humberto. Bolsonaro desdenha de orientações da OMS e diz que presidente da organização ‘não é médico’. **Estado de Minas**, 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/04/23/interna_politica,1141334/amp.html. Acesso em: 16 out. 2023.

MEDEIROS, Leonardo. Na ONU, Bolsonaro faz discurso anti-ciência e descreve Brasil descolado da realidade. **Conectas**, 2021. Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/na-onu-bolsonaro-faz-discurso-anti-ciencia-e-descreve-brasil-descolado-da-realidade/>. Acesso em: 16 out. 2023.

MENDES, Áquilas; CARNUT, Leonardo; MELO, Mariana. Continuum de desmontes da saúde pública na crise do covid-19: o neofascismo de Bolsonaro. **Saúde e Sociedade**, v. 32, n. 1, 2023.

MOLINA, Federico Rivas. Bolsonaro baixa o tom contra o Mercosul na primeira cúpula virtual de líderes. **El País Brasil**, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/economia/2020-07-02/bolsonaro-baixa-o-tom-contr-o-mercosul-na-primeira-cupula-virtual-de-lideres.html>. Acesso em: 03 set. 2023.

MORALES-FAJARDO, María Esther; MORALES-FAJARDO, Héctor M. Governance, Nationalism, or Diplomacy for Global COVID-19 Outbreak Response. **Pakistan Social Sciences Review**, Gujranwala, Pakistan, v. 6, n. 1, p. 01–12, 2022. Disponível em: <https://ojs.pssr.org.pk/journal/article/view/95>. Acesso em: 03 set. 2023.

NAWRAT, Allie. Pfizer accused of ‘bullying’ Latin American countries during vaccine negotiations. **Pharmaceutical Technology**, 2021. Disponível em: <https://www.pharmaceutical-technology.com/news/company-news/pfizer-latin-american-vaccine/>. Acesso em: 03 set. 2023.

O TEMPO. ‘Não é mais fácil investir na cura do que na vacina?’, questiona Bolsonaro. **O Tempo**, 2020. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/nao-e-mais-facil-investir-na-cura-do-que-na-vacina-questiona-bolsonaro-1.2404158>. Acesso em: 03 set. 2023.

OECD. International organisations in the context of COVID-19: adapting rulemaking for timely, evidence-based and effective international solutions in a global crisis. Summary Note of COVID-19 Webinars of the Partnership of International Organisations for Effective International Rule-making. **OECD**, 2020. Disponível em: <https://www.oecd.org/gov/regulatory-policy/international-organisations-in-the-context-of-covid-19.pdf>. Acesso em: 22 set. 2023.

PAZ, Mayara da. Bolsonaro desdenha de diretor-geral da OMS: “Não é médico”. **Metrópoles**,

2020. Disponível em:

<https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/bolsonaro-desdenha-de-diretor-geral-da-oms-nao-e-medico>. Acesso em: 03 set. 2023.

PENN, Michael. If Rich Countries Don't Share Their Vaccines, the Pandemic Could Stretch on for Years. **Duke Global Health Institute**, 2021. Disponível em:

<https://globalhealth.duke.edu/news/if-rich-countries-dont-share-their-vaccines-pandemic-could-stretch-years>. Acesso em: 03 set. 2023.

PERES, Kaite Cristiane; BUENDGENS, Fabíola Bagatini; PRATES, Ediana Adriano; BONETTI, Norberto Rech; SOARES, Luciano; VARGAS-PELÁEZ, Claudia Marcela; FARIAS, Mareni Rocha. Vacinas no Brasil: análise histórica do registro sanitário e a disponibilização no sistema de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 26, n. 11, p. 5509-5522, nov. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320212611.13932021>.

REIS, Aparecido Francisco dos. Da bio à necropolítica: a política de saúde, narrativas e ações do neoliberalismo do governo Bolsonaro e seus impactos junto aos idosos na pandemia de covid-19. **Revista Katálysis**, [S.L.], v. 25, n. 2, p. 392-403, ago. 2022.

<http://dx.doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e82854>.

SOUZA, Talita de. Lista de e-mails da Pfizer ignorados pelo governo aumenta: são 101 tentativas. **Correio Braziliense**, 2021. Disponível em:

<https://www.correio braziliense.com.br/politica/2021/06/amp/4932143-lista-de-e-mails-da-pfizer-ignorados-pelo-governo-aumenta-sao-101-tentativas.html>. Acesso em: 16 out. 2023.

SUDRÉ, Lu. Campanha pelo Nobel da Paz para médicos cubanos cresce ao redor do mundo. **Brasil de Fato**, 2020. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2020/05/28/campanha-pelo-nobel-da-paz-para-medicos-cubanos-cresce-ao-redor-do-mundo>. Acesso em: 03 set. 2023.

VEJA. OMS dá recado a Bolsonaro: “Esta é uma doença muito séria”. **Veja**, 2020. Disponível em:

<https://veja.abril.com.br/mundo/oms-da-recado-a-bolsonaro-esta-e-uma-doenca-muito-seria>. Acesso em: 16 out. 2023.

VETTORAZZO, Lucas. A despedida do polêmico embaixador da China no Brasil. **Veja Radar**, 2022. Disponível em:

<https://veja.abril.com.br/coluna/radar/a-despedida-do-polemico-embaixador-da-china-no-brasil>. Acesso em: 16 out. 2023.

WHO. World Health Organization. Our contributors: Partnering for a healthier world. **WHO**, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/about/funding/contributors>. Acesso em: 03 set. 2023.